Início dos Tempos Modernos / As Monarquias Nacionais

Introdução

Em Portugal, Espanha, França e Inglaterra, a tendência à centralização coincidiu com a própria formação da nação; na Itália e na Alemanha a centralização foi feita em âmbito local, não nacional — os povos de mesma língua e costumes não formaram um único país, mas vários, com governos diferentes.

Como na França esse processo foi típico — o país passou do poder político mais disperso à sua forma mais centralizada, o absolutismo — nós o tomaremos como exemplo.

Condições da centralização política

Houve muita relação entre o desenvolvimento comercial e econômico europeu e a centralização do poder real. A economia mercantil, além de criar novas classes sociais em condições de disputar com os nobres o poder político, obrigou o feudalismo a mudar de organização, pois a terra não era mais suficiente para garantir a riqueza. Essa diminuição do poder dos nobres foi vantajosa para o rei. O interesse dos comerciantes em adotar em

toda a região as mesmas moedas, pesos e medidas também ajudou a fortalecer o poder real. Os comerciantes, porém, nem sempre se uniram em torno do rei: às vezes, sob a proteção de um senhor feudal, agrupavam-se ou então formavam cidades-repúblicas independentes.

No plano político, os poderes do Sacro Império e do papa (que tinham de certa forma dominado, até então) começaram a diminuir. Diante disso, os reis foram tomando o lugar deles na cobrança de impostos, na administração da justiça e até na direção das Igrejas das suas nações. O controle da Igreja por parte do rei foi um fator decisivo na centralização. O desenvolvimento dos estudos de Direito levou os legistas a propor o rei como fonte viva da lei, e o poder real como sendo derivado de Deus.

Sob o ponto de vista cultural, o Renascimento, profundamente individualista, estimulou o ideal nacional e apresentou o rei como representante e protetor da sua nação. A própria tradição de poder real hereditário já existia desde a Idade Média — o Renascimento não a inventou, apenas a pôs em prática.

Características do processo de centralização

Se examinarmos o comportamento dos reis durante este período, verificaremos uma seqüência lógica de atitudes para conseguir a centralização.

O problema inicial era obter o apoio da burguesia mercantil ligada ao comércio internacional e dos habitantes do domínio real (área sobre a qual o rei mandava diretamente).

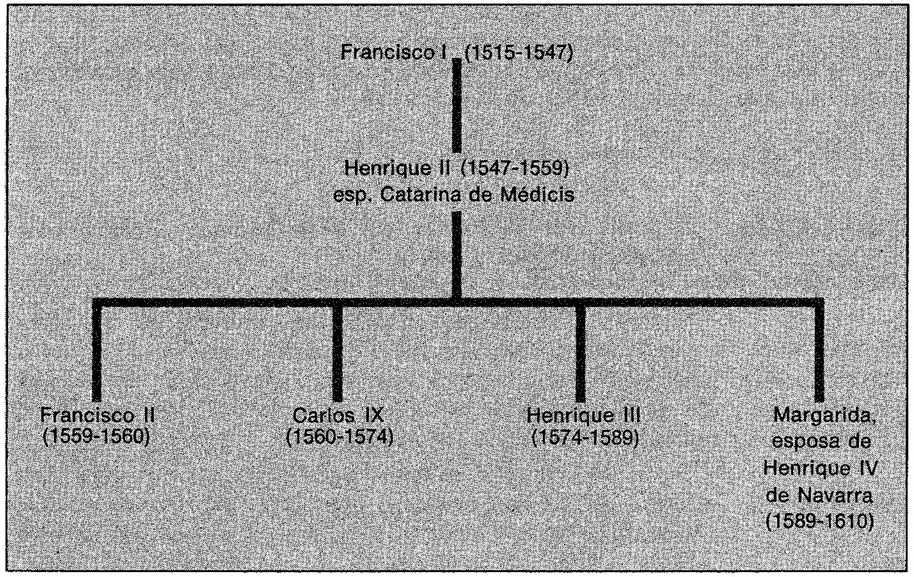
Isso feito, o rei começou a arrecadar impostos, obtendo assim uma importante fonte de renda. Emitiu também moedas, que acabaram substituindo as dos senhores feudais. Possuindo agora recursos próprios, o rei podia contratar soldados para o seu exército.

O exército real foi o instrumento por excelência da centralização. Dominou pouco a pouco os senhores feudais e expandiu o domínio real.

O rei usou também da diplomacia em seu favor, criando intrigas entre os nobres e depois intervindo para se apoderar das propriedades das duas partes. Nessas áreas tomadas aos nobres, representantes do rei foram incumbidos de receber os impostos e distribuir justiça: quem pagasse determinada quantia era considerado inocente, de modo que o rei ganhou assim mais uma fonte de renda.

Ao lado disso tudo, o rei estimulou o estudo das leis e fez, dos legistas, funcionários seus, prontos a legitimar o poder real absoluto.

A monarquia nacional da França



Os últimos Valois e o advento dos Bourbons.

Carlos VIII, Luís XII e Francisco I completaram a obra de três séculos de centralização do poder na França. Além de organizar a corte, preocuparam-se em expandir as fronteiras do reino.

Por volta do início do século XVI, a administração foi sistematizada, ganhando maior eficiência. Na corte se aglomeravam príncipes, senhores feudais, bispos e militares, que deixaram suas propriedades para viver em torno do rei. Os principais assessores reais eram o chanceler (encarregado da justiça), o condestável (do exército) e os secretários de Estado, principal inovação do século XVI. O Conselho do rei, também chamado Conselho Privado ou Conselho de Estado, era muito importante: não tinha atribuições fixas nem composição permanente — ocupava-se dos principais problemas relativos à política interna e externa.

A administração das províncias foi mais difícil: acostumados a privilégios adquiridos de longa data, os senhores feudais e os habitantes das cidades ofereceram sérios obstáculos à ação do rei. Além disso, a distância que separava as províncias e a dificuldade de comunicações entre elas colaboravam para o seu isolamento. Mesmo assim, a organização progrediu: instituições judiciárias (parlamentos) e fiscais (para arrecadar impostos) foram criadas em diversos locais.

toda a região as mesmas moedas, pesos e medidas também ajudou a fortalecer o poder real. Os comerciantes, porém, nem sempre se uniram em torno do rei: às vezes, sob a proteção de um senhor feudal, agrupavam-se ou então formavam cidades-repúblicas independentes.

No plano político, os poderes do Sacro Império e do papa (que tinham de certa forma dominado, até então) começaram a diminuir. Diante disso, os reis foram tomando o lugar deles na cobrança de impostos, na administração da justiça e até na direção das Igrejas das suas nações. O controle da Igreja por parte do rei foi um fator decisivo na centralização. O desenvolvimento dos estudos de Direito levou os legistas a propor o rei como fonte viva da lei, e o poder real como sendo derivado de Deus.

Sob o ponto de vista cultural, o Renascimento, profundamente individualista, estimulou o ideal nacional e apresentou o rei como representante e protetor da sua nação. A própria tradição de poder real hereditário já existia desde a Idade Média — o Renascimento não a inventou, apenas a pôs em prática.

Características do processo de centralização

Se examinarmos o comportamento dos reis durante este período, verificaremos uma seqüência lógica de atitudes para conseguir a centralização.

O problema inicial era obter o apoio da burguesia mercantil ligada ao comércio internacional e dos habitantes do domínio real (área sobre a qual o rei mandava diretamente).

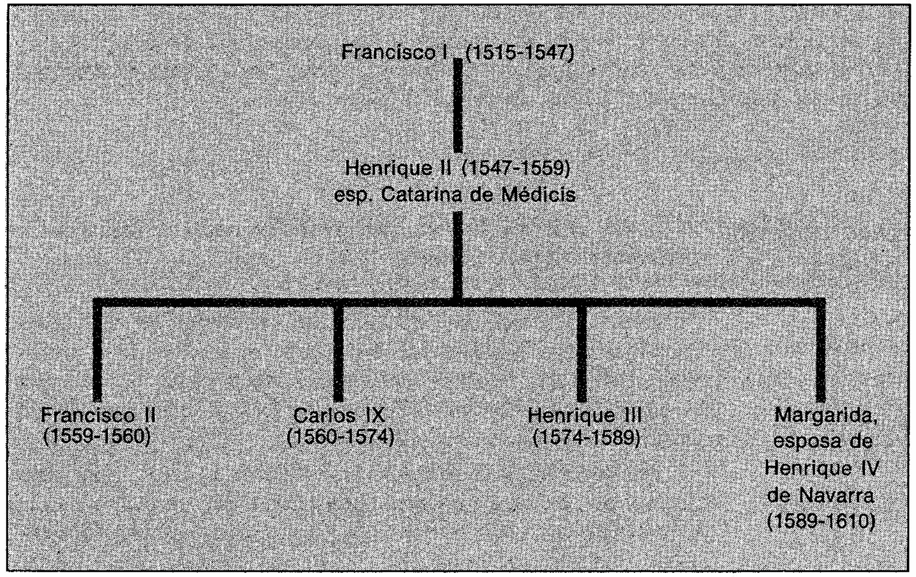
Isso feito, o rei começou a arrecadar impostos, obtendo assim uma importante fonte de renda. Emitiu também moedas, que acabaram substituindo as dos senhores feudais. Possuindo agora recursos próprios, o rei podia contratar soldados para o seu exército.

O exército real foi o instrumento por excelência da centralização. Dominou pouco a pouco os senhores feudais e expandiu o domínio real.

O rei usou também da diplomacia em seu favor, criando intrigas entre os nobres e depois intervindo para se apoderar das propriedades das duas partes. Nessas áreas tomadas aos nobres, representantes do rei foram incumbidos de receber os impostos e distribuir justiça: quem pagasse determinada quantia era considerado inocente, de modo que o rei ganhou assim mais uma fonte de renda.

Ao lado disso tudo, o rei estimulou o estudo das leis e fez, dos legistas, funcionários seus, prontos a legitimar o poder real absoluto.

A monarquia nacional da França



Os últimos Valois e o advento dos Bourbons.

Carlos VIII, Luís XII e Francisco I completaram a obra de três séculos de centralização do poder na França. Além de organizar a corte, preocuparam-se em expandir as fronteiras do reino.

Por volta do início do século XVI, a administração foi sistematizada, ganhando maior eficiência. Na corte se aglomeravam príncipes, senhores feudais, bispos e militares, que deixaram suas propriedades para viver em torno do rei. Os principais assessores reais eram o chanceler (encarregado da justiça), o condestável (do exército) e os secretários de Estado, principal inovação do século XVI. O Conselho do rei, também chamado Conselho Privado ou Conselho de Estado, era muito importante: não tinha atribuições fixas nem composição permanente — ocupava-se dos principais problemas relativos à política interna e externa.

A administração das províncias foi mais difícil: acostumados a privilégios adquiridos de longa data, os senhores feudais e os habitantes das cidades ofereceram sérios obstáculos à ação do rei. Além disso, a distância que separava as províncias e a dificuldade de comunicações entre elas colaboravam para o seu isolamento. Mesmo assim, a organização progrediu: instituições judiciárias (parlamentos) e fiscais (para arrecadar impostos) foram criadas em diversos locais.

O problema fundamental da administração foi o fato de nesta época os cargos serem vitalícios, hereditários e poderem ser transferidos, por quem os ocupava, a quem quisesse — era como se os administradores fossem "donos" de seus cargos.

Em 1516, a Concordata de Bolonha deu ao Rei Francisco I o direito de nomear os bispos e abades do reino (havia necessidade de confirmação papal, mas isso era apenas uma formalidade). Esse fato é bem expressivo do grau a que chegou o poder do rei na França.

Documento básico

O poder real na França, em 1546, segundo o embaixador veneziano Miguel Suriano:

"Quanto à autoridade daquele que governa, eu vos direi que este reino tão grande, tão populoso, repleto de riquezas e comodidades, depende unicamente da vontade do rei, que é amado e servido por seu povo e possui uma autoridade absoluta.

O rei da França é príncipe por direito natural, pois essa forma de governo persiste neste país há mil anos. Ele não obtém a coroa por eleição; assim não precisa solicitar favor nenhum de ninguém (...). A sucessão real é concedida por leis da natureza, do pai aos filhos primogênitos ou ao parente mais próximo, excluindo-se os filhos naturais, assim como as mulheres. O reino não pode ser dividido e pertence a um só (...).

O fundamento do amor e obediência dos franceses ao seu rei consiste nisto: acostumados há muito tempo a serem governados por ele, não desejam outro governo; sabem que a sua condição é obedecer e servir ao rei, e servem voluntariamente àqueles que nasceram para governá-los, aqueles que para subirem ao trono não precisaram empregar nem a astúcia nem a violência. Disto deriva, mesmo, a familiaridade que reina entre o monarca e seus assessores — tratam-se todos como companheiros (...).

Seguro de sua posição, o rei tem inteira e suprema autoridade sobre todo o reino: tudo depende somente dele — a paz e a guerra, os impostos e os tributos, os favores e os benefícios, os cargos, o governo e a administração de todo o reino. Em suma, o rei é o senhor absoluto: nenhum Conselho, nenhum magistrado pode limitar o seu poder."

J. Monnier, **Histoire,** vol. IV, pág. 187.

Datas e fatos essenciais

Séculos XV e XVI: Período de formação das monarquias nacionais.

1516: Concordata de Bolonha.

Resumo

1. A centralização do poder político deu-se basicamente pela associação rei – burguesia.
   a) O comércio projetou a burguesia a quem interessava a uniformização administrativa, monetária e legislativa dos reinos europeus.
   b) A crise do feudalismo enfraqueceu a nobreza e possibilitou o fortalecimento do poder real.
   c) Os legistas e o Renascimento contribuíram para aumentar o poder real.
2. Principais meios utilizados pelo rei para centralizar o poder: união entre o rei e a burguesia nacional; arrecadação de impostos; formação de exércitos permanentes; expansão dos domínios do rei; organização administrativa e centralização da justiça.
3. Na França, o processo de centralização foi implantado por Carlos VIII, Luís XII e Francisco I.
   a) Instrumentos de organização do poder: chanceler, condestável, secretários de Estado e parlamentos nas províncias.
   b) Um dos grandes problemas era a vitaliciedade dos cargos, que enfraquecia o poder central.

Vocabulário

Concordata: acordo entre o governo de um país e a Igreja a respeito de questões religiosas daquele país.

Economia mercantil: economia que tem por base o comércio.

Justiça: ação ou poder de determinar os direitos dos indivíduos, de punir ou recompensar; conjunto dos tribunais e juízes.

Legista: pessoa que conhece bem as leis.

Monarquia: Estado em que o soberano é vitalício e a sucessão se faz geralmente por via hereditária.

Nação: agrupamento natural de homens, geralmente (mas nem sempre) fixos em um território, ligados por origem, tradições, língua, interesses e aspirações comuns.

Pequena burguesia: pequenos produtores, artesãos, agricultores e comerciantes.